

**Acta nº 25 - Reunião ordinária da  
Câmara Municipal de Pombal,  
celebrada em vinte e oito de Agosto  
de mil novecentos e noventa e oito.**\_\_

\_\_\_\_Aos vinte e oito dias do mês de Agosto de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Dr<sup>a</sup>. Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus e Carlos José Martins Pires Lopes, comigo Maria Albina Junqueira dos Santos Lopes, Chefe de Secção.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_Depois do Senhor Presidente ter declarado aberta a reunião, foram tratados os seguintes assuntos:\_\_\_\_\_

**Faltas dos membros da Câmara.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as faltas dos Vereadores Senhores Carlos Alberto Rodrigues da Silva Santos e Dr. Joaquim António dos Santos Guardado.\_\_\_\_\_

**Resumo Diário da Tesouraria.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia vinte sete de Agosto, corrente:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_Da conta do Município, que apresenta um saldo em dinheiro de setenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta mil trezentos e oitenta escudos e cinquenta centavos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo em dinheiro de cinquenta e seis milhões cento e trinta e oito mil seiscentos e oitenta e sete escudos.\_\_\_\_\_

**Pagamentos efectuados entre os dias  
catorze e vinte sete de Agosto,  
corrente.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foram feitos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 200.435.750\$50.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 9.322.461\$50.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Comunicação de actos praticados  
no uso de delegação e subdelegação  
de competências.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre catorze e  
vinte sete de Agosto, corrente, inclusivé, foram praticados actos de acordo com as  
relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_40 licenças de obras;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 licenças de destruição de revestimento vegetal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Ratificação do Despacho do Senhor  
Presidente proferido ao abrigo do nº  
3 do artº 53º da Lei nº 18/91, de 12 de  
Junho.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que ao abrigo do nº 3  
do artº 53º da Lei nº 18/91, de 12 de Junho, houve necessidade urgente de proceder ao  
despacho no processo de obras nº 208/RC/97, em nome de António de Oliveira da Silva,  
residente nesta Cidade, respeitante à construção de uma moradia unifamiliar no lugar  
de Casarelo – Pombal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Deferido, remeta-se à próxima reunião para ratificação do despacho ao  
abrigo do nº 3 do artº 53º da Lei nº 18/991 de 12/06. 98.08.17. O Presidente. (a)  
Assinatura ilegível.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor  
Presidente exarado em 17 de Agosto, corrente. \_\_\_\_\_

**Abastecimento de Água aos lugares da Borda (Carvalhais, Valdeira, Roques, Arneiro do Pisão, Pisão, Pinhete, S. Vicente e Lugares Limítrofes) - Procº. nº. 6/96 - Trabalhos a mais - Alteração ao Projecto.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”1- Relativamente à obra referida em epígrafe, informamos V. Exª. que, para uma maior rentabilidade de todo o sistema de segurança e economia da empreitada, há necessidade de se proceder à execução de trabalhos a mais, no valor total de 13.169.441\$00 mais IVA, conforme descrição no Mapa que se anexa. Destes trabalhos passamos a descrever os mais significativos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **1.1 – Trabalhos a mais a preço de proposta:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.1.1 – A estação elevatória prevista no projecto encontrava-se localizada junto ao furo JK7. Como foi impossível a negociar o terreno necessário, para a sua implantação, com os proprietários, a única possibilidade encontrada foi a ocupação de um outro terreno no lugar de Chãs de Vermoil, afastado cerca de 400m do primeiro. Este facto originou a colocação de mais conduta desde o furo até à estação elevatória e desta até ao reservatório R4B (Pisão).\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta sequência e tendo em conta o estudo de choque hidráulico efectuado, a firma adjudicatária propôs a substituição da tubagem de classe 16, por tubagem de classe 12.5, que apareceu recentemente no mercado, mas no valor da classe 10. Esta substituição provocou uma economia no trabalho a executar na ordem dos 2.024\$00/ml:\_\_\_\_\_

Tubagem de diâmetro 200 classe 10.....899ml x 3.376\$00 = 3.035.024\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.1.2 – No projecto não estava previsto o abastecimento de água a diversas habitações nos lugares a poente da linha de caminho de ferro e nos lugares assinalados nas plantas que se anexam. Assim, ao trabalhos resultantes do prolongamento da rede de distribuição, orçarão em:\_\_\_\_\_

Tubagem de 63 mm de diâmetro.....3.086ml x 338\$00 = 1.043.068\$00;\_\_\_\_\_

Tubagem de 75 mm de diâmetro.....499ml x 478\$00 = 238.522\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.1.3 – Execução de mais 139 ramais domiciliários  
.....139 x 23.000\$00 = 3.197.000\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.2 – **Preços acordados:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.2.1 – O projecto prevê a execução de uma fossa séptica em betão armado cujo valor é de 454.800\$00. A mesma fossa se for executada em manilhas haverá uma economia na ordem dos 381.573\$00. Assim, propõe-se a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Execução de fossa séptica, junto à estação elevatória, manilhas com 1,25m de diâmetro – 1 un.....73.227\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.2.2 – No projecto não estava contemplada a colocação de peanhas nos reservatórios. O que dificultará o manuseamento de válvulas dos reservatórios. Nesta sequência propõe-se o fornecimento e colocação de peanhas nos dois reservatórios, ou seja:\_\_\_\_\_

R4B.....6 un. X 12.000\$00 = 72.000\$00;\_\_\_\_\_

R0.....6 un. X 12.000\$00 = 72.000\$00.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.2.3 – Do projecto constava a colocação cautelosa, sob a linha de caminho de ferro, de manilhas armadas, caixas de betão armado, etc. Para executar estes trabalhos, de acordo com o projecto, seria necessário recorrer a uma estrutura de suspensão da linha ferroviária, bem como ao afrouxamento dos comboios, o que provocaria um grande encargo para esta Câmara. Para além disso, no projecto estão previstos 14 ml de manilhas e a DGTT obriga à execução de 30 ml, aproximadamente. Assim, propõe-se a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Execução de furo horizontal pelo método de cravação por percussão pneumática, incluindo a aplicação de manga de aço com espessura de 8 mm:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 29.15m x 86.141\$00 = 2.511.010\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.2.4 – Substituição das caixilharias de alumínio por perfis metálicos, decapado e metalizado, incluindo vidro aramado e grades de protecção, sem qualquer aumento de preço valor;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.2.5 – Fornecimento e aplicação de estrutura metálica porticada de suporte da lage, da estação elevatória, com 9.00 mm de vão, com perfis INP 220:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 480 m x 17.082\$00 = 819.936\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.2.6 – O projecto prevê a colocação de tubagem, em polietileno de alta densidade e PVC, na passagem do caminho de ferro e no pontão sob o Rio Arunca. No entanto, a solução mais viável é a colocação de tubagem nas seguintes condições:\_\_\_\_\_

Tubagem em ferro fundido de 150 mm de diâmetro..43.8 x 12.000\$00 = 525.600\$00;\_\_

Tubagem em f. fundido de 60/90 mm de diâmetro....75.9 x 6.000\$00 = 455.400\$00.\_\_

\_\_\_\_\_ 2 – Para além dos trabalhos a mais, acima descritos, mais significativos, informamos que se prevê que da alteração do projecto resultem trabalhos a menos no valor aproximado de 26.691.402\$00 mais IVA, conforme mapa que se anexa:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3 – Mais se informa que, para a conclusão da obra, falta finalizar a execução da estação elevatória e respectivos arranjos exteriores, acabamentos nos

ramais domiciliários e algumas reposições de pavimentos. Prevê-se que o fecho da empreitada ocorra em finais de Setembro, do ano em curso. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5 - Nesta conformidade e tendo em conta o atrás referido, solicitamos a V. Ex<sup>a</sup>. que se delibere no sentido de aprovar a alteração ao projecto aqui explicitada, da qual resultam trabalhos a mais no valor total de 13.169.441\$00 mais IVA e trabalhos a menos no valor TOTAL de 26.691.402\$00 mais IVA.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao projecto, bem como os trabalhos a mais e a menos, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Ampliação de Redes de Saneamento  
(Redes de Saneamento das  
Congostas) – Procº nº 19/97 -  
Recepção Provisória.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em face do auto de recepção provisória, da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente. \_\_\_\_\_

**Minuta de Contrato.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as minutas dos contratos das seguintes empreitadas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Asfaltagem de Estradas e Caminhos na Freguesia de Redinha – Arruamentos na Charneca. \_\_\_\_\_

**Pessoal/Acta do Júri do Concurso  
para provimento de um lugar de  
Técnica de 1ª Classe (Engenheira  
Técnica).** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião a acta do júri do concurso para provimento do lugar mencionado em epígrafe, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Acta da reunião do júri do concurso de acesso para um lugar de Técnica de 1ª. Classe (Engenheira Técnica). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Aos treze dias do mês de Agosto de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se no Edifício dos Paços do Município, o júri do concurso para provimento de um lugar de Técnica de 1º Classe (Engenheira Técnica), constituído por Narciso Ferreira Mota, Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Luís Ribeiro Pinto, Técnico Superior de 2ª Classe (Arquitecto), que substituiu o primeiro vogal efectivo e Abel Fernando de Meneses Moutinho, Chefe da Divisão de Obras Públicas, que substituiu o segundo vogal efectivo, a fim de procederem à avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, da única candidata, Alda Mónica Gonçalves Coutinho do Carmo Carminé, tendo o júri deliberado por unanimidade atribuir-lhe a classificação final de dezasseis valores.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A classificação atribuída à candidata foi resultado da ponderação dos seguintes factores: habilitação académica de base, formação profissional, experiência profissional e classificação de serviço obtida nos últimos três anos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi ainda deliberado que se publique a respectiva classificação, depois de homologada pela Câmara Municipal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, do que para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada. O Júri (aa) assinaturas ilegíveis.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar a classificação atribuída à candidata para o lugar de Técnica de 1ª. Classe (Engenheira Técnica).\_\_\_\_\_

**Pessoal/Acta do Júri do Concurso  
para provimento de um lugar de  
Técnica Superior (Serviço Social –  
Especialidade em Gestão de Recursos  
Humanos) Estagiária.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião a acta do júri do concurso para provimento de um lugar de Técnica Superior (Serviço Social – Especialidade em Gestão de Recursos Humanos) Estagiária que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Acta da reunião do júri do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de Técnico Superior (Serviço Social – Especialidade em Gestão de Recursos Humanos) Estagiário, a que se refere o aviso de abertura de concurso, publicado no Diário da República, terceira série, número trinta e oito de catorze de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Ao primeiro dia do mês de Julho de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se, no Edifício dos Paços do Município, o júri do concurso para provimento de um lugar de Técnico Superior (Serviço Social – Especialidade em Gestão de Recursos Humanos) Estagiário, constituído por Narciso Ferreira Mota, Presidente da Câmara

Municipal, Lúdia Maria do Sacramento Lopes, Técnica Superior (Economia e Gestão) de 2ª Classe e António Joaquim Matias, Chefe de Divisão dos serviços Administrativos, aposentado, a fim de estabelecerem a classificação final da candidata presente ao concurso, resultante da aplicação dos respectivos métodos de selecção, no caso, a prova teórica de conhecimentos, entrevista profissional de selecção e avaliação curricular.\_\_\_\_

\_\_\_\_A prova teórica oral de conhecimentos e a entrevista profissional de selecção realizaram-se no dia dois de Junho de mil novecentos e noventa e oito, à qual compareceu a candidata, Maria Idalina Gomes Marques.\_\_\_\_

\_\_\_\_Não compareceu à prova teórica oral de conhecimentos e entrevista profissional de selecção o candidato, Luís António Marques Dias.\_\_\_\_

\_\_\_\_Apreciada a prova teórica oral de conhecimentos e a entrevista profissional de selecção e efectuada a avaliação curricular da candidata, Maria Idalina Gomes Marques, o júri deliberou, por unanimidade atribuir, em sede de cada um dos métodos de selecção, respectivamente, a seguinte classificação:\_\_\_\_

\_\_\_\_Prova teórica oral de conhecimentos – dezassete valores;\_\_\_\_

\_\_\_\_Entrevista profissional de selecção – dezassete valores;\_\_\_\_

\_\_\_\_Avaliação curricular – dezasseis valores.\_\_\_\_

\_\_\_\_Feita a média aritmética simples das classificações parcelares obtidas na prova teórica oral de conhecimentos, na entrevista profissional de selecção e na avaliação curricular, nos termos previstos no ponto nove do aviso de abertura de concurso, o júri deliberou por unanimidade atribuir à candidata, Maria Idalina Gomes Marques, a classificação final de dezasseis valores e sessenta e sete centésimas.\_\_\_\_

\_\_\_\_Foi ainda deliberado que, antes de homologada e publicitada a classificação final, se proceda por escrito à audiência prévia da candidata, concedendo-lhe o prazo de dez dias para se pronunciar.\_\_\_\_

\_\_\_\_E nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, do que para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada. O Júri (aa) assinaturas ilegíveis.”\_\_\_\_

\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar a classificação atribuída à candidata para o lugar de Técnico Superior (Serviço Social – Especialidade em Gestão de Recursos Humanos) Estagiário.\_\_\_\_

**Pessoal/Acta do Júri do Concurso  
para um lugar de Técnico de**

**Contabilidade e Administração de 1ª Classe.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião a acta do júri do concurso de acesso para um lugar de Técnico de Contabilidade e Administração de 1ª Classe, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Acta da reunião do júri do concurso de acesso para um lugar de Técnico de Contabilidade e Administração de 1ª Classe.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos vinte dias do mês de Agosto de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se no Edifício dos Paços do Município, o júri do concurso para provimento de um lugar de Técnico de Contabilidade e Administração de 1ª Classe, constituído por Narciso Ferreira Mota, Presidente da Câmara Municipal, Lúcia Maria do Sacramento Lopes, Técnica Superior de 2ª Classe (Economia e Gestão) e Maria Aldina Junqueira da Silva, Chefe de Repartição, em regime de substituição, a fim de procederem à avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, do único candidato, Joaquim Alberto Rodrigues Gonçalves, tendo o júri deliberado por unanimidade atribuir-lhe a classificação final de dezasseis valores.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A classificação atribuída ao candidato foi resultante da ponderação dos seguintes factores: habilitação académica de base, formação profissional, experiência profissional e classificação de serviço obtida nos últimos três anos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi ainda deliberado que se publique a respectiva classificação, depois de homologada pela Câmara Municipal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ E nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, do que para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada. O Júri (aa) assinaturas ilegíveis.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar a classificação atribuída ao candidato para o lugar de Técnico de Contabilidade e Administração de 1ª Classe.\_\_\_\_\_

**Pessoal/Acta do Júri do Concurso para Provimento de um lugar de Sonoplasta.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião a acta do júri do concurso para provimento de um lugar de Sonoplasta, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Acta da reunião do júri do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de Sonoplasta, a que se refere o aviso de abertura de concurso,

publicado no Diário da República, terceira série, número sessenta e dois, de catorze de Março de mil novecentos e noventa e oito.

Aos treze dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se no Edifício dos Paços do Município, o júri do concurso para provimento de um lugar de sonoplasta, constituído por Narciso Ferreira Mota, Presidente da Câmara Municipal, Celestino Ferreira da Mota, Chefe da Divisão de Urbanismo e Maria Dulce Rosário Correia, Técnica Superior de Biblioteca e Documentação de Segunda Classe, a fim de apreciarem as provas prestadas pelos candidatos.

A prova teórica escrita de conhecimentos e respectiva entrevista profissional de selecção, realizou-se no dia trinta de Junho de mil novecentos e noventa e oito, à qual compareceram os candidatos: António Carlos Duarte Saraiva, António Manuel Vieira Marques, Carlos Manuel Leal Quitério, Carlos Saavedra da Silva, José Bernardo Ferreira Gomes, José António Gomes Coelho, José Manuel Martins da Silva, Luís Alberto Duarte Penicheiro, Manuel da Silva Lopes e Mário Jorge Rodrigues Medeiros.

Não compareceram à prova teórica escrita de conhecimentos e respectiva entrevista, os candidatos: Carlos Manuel de Sousa Coutinho dos Santos, Fernanda Maria Duarte Pires Jalo, João Paulo Gameiro dos Santos, Luís Filipe Gameiro Abreu e Paulo Jorge Gameiro Nunes.

Apreciadas as provas teóricas escritas de conhecimentos, o júri deliberou por unanimidade atribuir as seguintes classificações:

António Carlos Duarte Saraiva – treze valores e cinco décimas;  
António Manuel Vieira Marques – doze valores;  
Carlos Manuel Leal Quitério – quinze valores;  
Carlos Saavedra da Silva – quinze valores;  
José Bernardo Ferreira Gomes – dezoito valores e cinco décimas;  
José António Gomes Coelho – dezanove valores;  
José Manuel Martins da Silva – sete valores;  
Luís Alberto Duarte Penicheiro – dezasseis valores;  
Manuel da Silva Lopes – catorze valores; e,  
Mário Jorge Rodrigues Medeiros – dez valores.

Apreciadas as entrevistas profissionais de selecção, o júri deliberou por unanimidade atribuir as seguintes classificações:

António Carlos Duarte Saraiva – catorze valores;  
António Manuel Vieira Marques – treze valores;  
Carlos Manuel Leal Quitério – catorze valores;  
Carlos Saavedra da Silva – dezoito valores;  
José Bernardo Ferreira Gomes – catorze valores;  
José António Gomes Coelho – dezassete valores;  
José Manuel Martins da Silva – treze valores;  
Luís Alberto Duarte Penicheiro – doze valores;  
Manuel da Silva Lopes – doze valores; e,  
Mário Jorge Rodrigues Medeiros – treze valores.

Feita a média aritmética simples das classificações parcelares obtidas na prova teórica escrita de conhecimentos e entrevista profissional de selecção, nos termos previstos no aviso de abertura de concurso, o júri deliberou por unanimidade atribuir a cada candidato, a classificação final abaixo indicada, estabelecendo a seguinte lista de classificação final por ordem decrescente de classificação:\_\_\_\_\_

Primeiro: José António Gomes Coelho – dezoito valores;\_\_\_\_\_  
Segundo: Carlos Saavedra da Silva – dezasseis valores e cinco décimas;\_\_\_\_\_  
Terceiro: José Bernardo Ferreira Gomes – dezasseis valores e vinte cinco centésimas;\_\_\_\_\_  
Quarto: Carlos Manuel Leal Quitério – catorze valores e cinco décimas;\_\_\_\_\_  
Quinto: Luís Alberto Duarte Penicheiro – catorze valores;\_\_\_\_\_  
Sexto: António Carlos Duarte Saraiva – treze valores e setenta e cinco centésimas;\_\_\_\_\_  
Sétimo: Manuel da Silva Lopes – treze valores;\_\_\_\_\_  
Oitavo: António Manuel Vieira Marques – doze valores e cinco décimas;\_\_\_\_\_  
Nono: Mário Jorge Rodrigues Medeiros – onze valores e cinco décimas; e,\_\_\_\_\_  
Décimo: José Manuel Martins da Silva – dez valores.\_\_\_\_\_

A classificação atribuída aos candidatos foi resultante, da avaliação dos conhecimentos demonstrados aquando da realização da prova teórica escrita de conhecimentos e das capacidades e aptidões profissionais e pessoais, avaliados na entrevista profissional de selecção, factores estes, ponderados nos termos do aviso de abertura do concurso referido em epígrafe.\_\_\_\_\_

Foi ainda deliberado que, antes porém de homologada e publicitada a classificação final, se proceda por escrito à audiência prévia dos candidatos.\_\_\_\_\_

E nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, do que para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada. O Júri (aa) assinaturas ilegíveis.”\_\_\_\_\_

A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar as classificações atribuídas aos candidatos para provimento de um lugar de Sonoplasta.\_\_\_\_\_

**Pessoal/Acta do Júri do Concurso  
para um lugar de Operário Principal  
(Carpinteiro de Limpos).**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião a acta do júri do concurso de acesso para um lugar de Operário Principal (Carpinteiro de Limpos), que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Acta da reunião do júri do concurso de acesso para um lugar de Operário Principal (Carpinteiro de Limpos).\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos treze dias do mês de Agosto de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se no Edifício dos Paços do Município, o júri do concurso para provimento de um lugar de Técnico de Operário Principal (Carpinteiro de Limpos), constituído por Narciso Ferreira Mota, Presidente da Câmara Municipal, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Vereador em regime de permanência e Abel Fernando de Meneses Moutinho, Chefe da Divisão de Obras Públicas, que substituiu o segundo vogal efectivo, a fim de apreciarem a prova prática de conhecimentos e entrevista profissional de selecção, prestada pelo único candidato, Manuel Lopes Antunes, tendo o júri deliberado por unanimidade atribuir-lhe a classificação final de treze valores.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi ainda deliberado que se publique a respectiva classificação, depois de homologada pela Câmara Municipal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ E nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, do que para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada. O Júri (aa) assinaturas ilegíveis.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar a classificação atribuída ao candidato para o lugar de Operário Principal (Carpinteiro de Limpos).\_\_\_\_\_

**Parque Industrial Manuel da Mota -  
Venda do Lote 15-A.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Na sequência da deliberação de reversão para o domínio privado da Câmara Municipal de Pombal do lote de terreno destinado a construção urbana com a área de 17.375m2, designado pelo Lote 15 do Parque Industrial Manuel da Mota, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pombal sob o artigo nº 7804 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal sob a descrição nº 04579 da freguesia de Pombal; que em 24 de Setembro de 1993, a Câmara Municipal de Pombal vendera à ANIPC - Associação Nacional dos Industriais de Produtos de Cimento, com sede na Rua Dona Filipa de Vilhena, nº 9 – 2º andar lado direito, em Lisboa.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_E após a deliberação, em reunião de Câmara de 16 de Junho de 1998, da alteração ao Alvará de Loteamento nº 4/90, referente ao Parque Industrial Manuel da Mota, pela qual se operou a subdivisão do referido lote, em dois lotes: 15-A e 15-B.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Considerando que a Firma LEIRITRADING – Representações e Comércio, Lda., com sede em Parque Industrial Manuel da Mota (Edifício da Associação Industrial) – em Pombal, apresentou carta de intenções para instalação de uma unidade industrial, não poluente, destinada a transformação de matérias plásticas, no referido lote nº 15-A.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_proponho a V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que pelo preço de 1.500\$00 o m2, a Câmara delibere vender o Lote nº 15-A do Loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota à Firma LEIRITRADING – Representações e Comércio, Lda.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que a venda seja efectuada nos termos e condições previstas no Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, vender o referido lote à Firma LEIRITRADING – Representações e Comércio, Lda., nos termos e nas condições constantes da informação do Gabinete Jurídico e Contencioso.\_\_\_\_\_

### **Parque Industrial Manuel da Mota - Venda do Lote 15-B.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Na sequência da deliberação de reversão para o domínio privado da Câmara Municipal de Pombal do lote de terreno destinado a construção urbana com a área de 17.375m2, designado pelo Lote 15 do Parque Industrial Manuel da Mota, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pombal sob o artigo nº 7804 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal sob a descrição nº 04579 da freguesia de Pombal; que em 24 de Setembro de 1993, a Câmara Municipal de Pombal vendera à ANIPC - Associação Nacional dos Industriais de Produtos de Cimento, com sede na Rua Dona Filipa de Vilhena, nº 9 – 2º andar lado direito, em Lisboa.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_E após a deliberação, em reunião de Câmara de 16 de Junho de 1998, da alteração ao Alvará de Loteamento nº 4/90, referente ao Parque Industrial Manuel da Mota, pela qual se operou a subdivisão do referido lote, em dois lotes: 15-A e 15-B.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Considerando que a Firma RIO FIO – Industria e Comércio de Confecções, Lda., com sede na Rua Principal – Quinta da Gramela – em Pombal, apresentou carta de intenções para instalação de uma unidade industrial, não poluente, destinada à confecção de biquínis e fatos de banho, no referido lote nº 15-B. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_proponho a V. Ex.<sup>a</sup>. o seguinte: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Que pelo preço de 1.500\$00 o m2, a Câmara delibere vender o Lote nº 15-B do Loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota à Firma RIO FIO – Industria e Comércio de Confecções, Lda. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que a venda seja efectuada nos termos e condições previstas no Regulamento do Parque do Parque Industrial Manuel da Mota.”- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, vender o referido lote à Firma RIO FIO – Industria e Comércio de Confecções, Lda., nos termos e nas condições constantes da informação do Gabinete Jurídico e Contencioso. \_\_\_\_\_

**Rectificação do traçado da Estrada  
Municipal 532-2 – Santiago de Litém  
– Aquisição de Terreno. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Na sequência dos danos provocados na rede viária, de algumas Freguesias do Concelho, decorrentes das obras levadas a cabo pela REFER EP, no âmbito do Projecto de Modernização da Linha do Norte, esta Câmara lançou a concurso público a empreitada de “Beneficiação e Reparação de Estradas e Caminhos (Nas Freguesias de Albergaria dos Doze, Pombal, Santiago de Litém e S. Simão de Litém)”, em reunião realizada em 29 de Maio, do ano em curso. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Neste seguimento, há necessidade de se proceder à rectificação do traçado da estrada municipal, mencionada em epígrafe . \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Para o efeito, proponho que se proceda à aquisição de uma parcela de terreno, com a área de 2.887,5 m2, correspondente a uma terça parte indivisa de um prédio rústico, sito em Alqueidão, freguesia de Santiago de Litém, inscrito na matriz predial rústica da mesma Freguesia, sob o número 14413, a Maria de Lurdes Silva e marido, Manuel Gaspar da Silva, residentes no lugar e Freguesia de Santiago de Litém, pelo valor total de quatro milhões de escudos, livres de quaisquer ónus ou encargos.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita.\_\_\_\_\_

### **Licenciamento de Obras Particulares/ Aprovação de Arquitectura.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes projectos de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Plumex – Indústria de Calçado, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel da Mota, em Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um imóvel destinado a indústria, no lote 1-C do referido Parque Industrial, a que se refere o processo de obras nº. 877/RC/96.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Irmãos Mota, Lda., com sede na Rua Alexandre Herculano, nº 11-2º, nesta Cidade, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um bloco habitacional, na Urbanização Primavera – Flandres – Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 842/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Lucídio Neves Costa, residente no lugar de Outeiro Martinho, freguesia da Guia, deste Concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um bloco misto, em Canto das Casas Novas, da referida Freguesia, a que se refere o processo de obras nº. 231/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De José Guilherme Cruz Lopes, residente no lugar de Tinto, freguesia da Pelariga, deste Concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração e ampliação de um imóvel destinado a restaurante/bar, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1258/RC/97.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Fernando Manuel Ferreira Courelas, residente no lugar de Casal Fernão João, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um imóvel destinado a oficina, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 699/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De João Carlos Paiva Santos, residente no Largo do Cardal, nº 15, nesta Cidade, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração (legalização) de um estabelecimento comercial, no referido Largo, a que se refere o processo de obras nº. 471/RC/96.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Adelino da Mota Pereira, residente no lugar de Carnide de Cima, freguesia de Carnide, concelho de Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um imóvel destinado a habitação e comércio, no lote 10 do loteamento Irmãos Mota, sito em Flandres - Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 181/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De Lino Jordão Catarino e Pedro Manuel Roque Cantante, residentes no lugar de Outeiro do Louriçal, freguesia do Louriçal, deste Concelho, em que solicitam a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um bloco habitacional, na Vila do Louriçal, a que se refere o processo de obras nº. 1166/RC/98.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De Irmãos Mota, Lda., com sede na Rua Alexandre Herculano, nº 11-2º, nesta Cidade, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração de um bloco habitacional, na Urbanização Alberto Santiago, lote 4, nesta Cidade, a que se refere o processo de obras nº. 1362/RC/98.\_\_\_\_\_

### **Licenciamento de Obras Particulares/ Concessão de Licenças.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os seguintes requerimentos, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De Caixa Geral de Depósitos, S.A, com sede na Avenida João XXI, nº. 63, em Lisboa, em que solicita licença para proceder à alteração de um imóvel destinado a agência bancária, na Vila do Louriçal, a que se refere o processo de obras nº. 600/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De António Matias, residente no lugar de Chãs, freguesia de Almagreira, deste Concelho, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel destinado a armazém, no lugar de Ribeira de Santo Amaro, freguesia do Louriçal, a que se refere o processo de obras nº. 750/RC/97.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De Manuel Ferreira dos Santos, residente no lugar de Barrocal, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel destinado a habitação, no lugar de Caseirinhos - Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 680/RC/98.\_\_\_\_\_

### **Pedidos de Informação Prévia.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ 1. Foi presente à reunião um requerimento de Idalino Mota Morgado, residente no lugar de Matos da Ranha, freguesia de Vermoil, deste Concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma suinicultura, no lugar de Travasso, freguesia e concelho de Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "Dados os elementos apresentados e os pareceres favoráveis da DRAC

– ofício 7404 de 31/7/98, da DIVL – ofício nº 411 de 26/5/98, do Centro de Saúde de Pombal – refª 210/98 de 27/4/98 e do veterinário Municipal de Pombal que se encontra junto ao pedido, será de dar parecer desfavorável à pretensão do requerente, dado que a mesma não se pode considerar abrangida pelo artigo 40.2 do PDM mesmo que a propriedade tenha área igual ou superior a 500 m<sup>2</sup>, não nos parecem que possam ser verificados todas as alíneas dos pontos 3 e 4 do artigo 37 daquele PDM, para o qual remete o referido artigo 40.2”.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o assunto.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Foi presente à reunião um requerimento da Firma Sociedade de Construções da Pregueira, Ldª., com sede no lugar de Covão da Silva, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um edifício habitacional, no lugar de Caseirinhos, desta freguesia e concelho.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Serve a presente para informar V. Exa. de que o Plano de Estrutura da Zona de Caseirinhos e Barrocal, aprovado em reunião de Câmara celebrada em 17 de Abril de 1998, não constitui qualquer impedimento à pretensão de construção no prédio em análise.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Relativamente a esta matéria, há a considerar que o prédio confina com um arruamento já existente em “Terra-batida” cujo Plano prevê a futura beneficiação (pavimentação, passeios).\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No entanto, existem algumas questões do ponto de vista do ordenamento do território que deverão ser equacionados, sendo elas:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1 - A tipologia de habitação que se pretende levar a efeito não é a mais adequada, atendendo às características locais. É um espaço com características marcadamente rurais, cuja tipologia predominante é a habitação unifamiliar, pelo que a construção que se pretende implantar no local deveria dar continuidade à já existente, a fim de se criar um todo coerente e homogéneo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2 - O edifício a construir deverá ter um afastamento ao arruamento confinante, que permita, no futuro, proceder às obras de beneficiação do mesmo, sem qualquer tipo de impedimento.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 - Ao contrário do proposto no pedido de Informação Prévia, o edifício deverá estar alinhado relativamente à rua confinante.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Face ao exposto, sugere-se a intenção de indeferimento do pedido em epígrafe.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara, em face da informação da Divisão de Urbanismo, acima transcrita, deliberou, por unanimidade, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Foi de novo presente à reunião um requerimento de Alcides Silvestre Gomes, residente no lugar de Marrazes - Leiria, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de dois armazéns, no lugar de Lagoa, freguesia da Guia, deste concelho, tendo a Câmara na sua reunião, celebrada em 21 de Julho, último, deliberado por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, o que não o fez.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Estando decorrido o prazo de 10 dias, sem que o requerente se tivesse pronunciado sobre a intenção de indeferimento deverá ser indeferido o respectivo pedido.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara em face da informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita, deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Foi de novo presente à reunião um requerimento de Joaquim Campos, residente no lugar de Casal Velho, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um Lar de Idosos, no lugar de Charneca da referida freguesia e concelho, tendo a Câmara na sua reunião, celebrada em 31 de Julho, último, deliberado por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, tendo o requerente apresentado uma pretensão no sentido de reapreciação do pedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Sobre o assunto exposto pelo requerente cumpre-nos informar que os terrenos localizados em área urbana permitem a instalação de edifícios destinados a lares de idosos, sendo de manter a informação anterior e indeferir o pedido com base no artigo 63.1.a) do D.L. 445/91 de 20/11.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita.\_\_\_\_\_

**Auto de embargo de uma obra.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião o auto de embargo da obra respeitante à construção de complexo desportivo, no lugar de Carnide de Baixo, freguesia de Carnide, deste Concelho, cujo proprietário é Diamantino dos Santos Pereira, residente no lugar de Mendes, da referida Freguesia, mandado instaurar por despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 17 de Agosto, corrente, numa informação da Fiscalização Municipal, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Assunto: Obras sem alvará de licença de construção “FigKart – Carnide de Baixo”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Cumpre-nos informar V. Ex<sup>a</sup>. que a Firma FigKart – Exploração de Kartódromos, Ld<sup>a</sup>., com sede na Estrada de Pombal, lugar de Mendes, Freguesia de Carnide, representada pelo Sócio-Gerente, Sr. Diamantino dos Santos Pereira, casado, residente no lugar de Mendes, freguesia de Carnide, sem qualquer licença municipal; pelo que, foi levantada a participação de contra-ordenação de que se junta fotocópia, tendo o original seguido para registo nos serviços competentes.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Informamos ainda que está a decorrer nesta Câmara Municipal um processo de licenciamento da obra em questão. (Processo nº 690/RC/98)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O estado actual dos trabalhos, conforme pretendemos mostrar nas fotografias que anexamos, é o seguinte: piso pavimentado em betuminoso, e edifícios de apoio já rebocados e alguns por rebocar.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, confirmar o embargo da obra.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nesta altura deu entrada na sala para fazer parte da reunião o Vereador Senhor Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo.\_\_\_\_\_

### **Apoio a Freguesias.**\_\_\_\_\_

#### **Junta de Freguesia de Almagreira.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Almagreira, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com os arranjos exteriores da Capela dos Barros da Paz, daquela Freguesia.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Almagreira, com um subsídio no montante de 1.978.587\$00, para o efeito.\_\_\_\_\_

**Junta de Freguesia de Carnide.**

Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Carnide, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com diversos serviços de máquina para conservação de estradas, naquela Freguesia, no valor de 196.685\$00.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Carnide, com um subsídio no montante de 196.685\$00, para o efeito.

**Apoio a Entidades.**

**Sociedade Filarmónica Vermoilense.**

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Sociedade Filarmónica Vermoilense com um subsídio no montante de 500.000\$00, destinado à aquisição de instrumentos musicais, em virtude dos existentes se terem danificado aquando do acidente ocorrido durante os festejos em honra de Santo António, no lugar de Stº. Eloi, freguesia de Vermoil.

**Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pombal.**

Foi presente à reunião uma Carta da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pombal, com sede em Pombal, em que solicita seja dispensada do pagamento inerente à construção do ramal de ligação de água à Capela da Cumieira, deste Freguesia e Concelho.

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o processo à Divisão de Águas e Saneamento, para proceder à construção do ramal de ligação de água sem débito das respectivas despesas.

**Apoio a Municípios Economicamente Carenciados.**

Foi presente à reunião uma informação da Técnica Superior de Serviço Social desta Câmara Municipal, respeitante à isenção de pagamento do ramal de água a um munícipe economicamente carenciado, residente na Rua das Bicas – Amiais, freguesia de S. Simão de Litém, deste Concelho, no montante de 26.910\$00.

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o munícipe do pagamento do ramal de ligação de água à sua habitação, nos termos da alínea 2) do Artº 7º do Regulamento Anexo à Tabela de Taxas e Licenças Municipais e remeter o processo à Divisão de Águas e Saneamento, para proceder à construção do referido ramal. \_\_\_\_\_

### **Mercado Municipal/Concessão de Bancas.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um requerimento da Firma Santifresco – Comércio de Bens Alimentares, Lda., com sede em Santiago da Guarda – Ansião, em que requer a concessão de duas bancas, para venda de queijo, do Mercado Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação dos Serviços de Fiscalização, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Conforme despacho exarado à margem do requerimento junto cumpre-me informar V. Exª. o seguinte: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_As bancas destinadas a venda de queijo no Mercado Municipal têm sido ocupadas pelas queijeiras que no dia de Mercado semanal se deslocam ao mesmo a fim de venderem o queijo que fabricam artesanalmente. No entanto as bancas existentes são em número suficiente para as mesmas e ainda existem algumas devolutas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Creio que em face do pedido da requerente e com base no Regulamento Municipal do Mercado de Pombal no seu nº 1 do artº 8º, poderá V. Exª. dar, se assim entender por bem fazer, autorizar a pretensão requerida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Se a autorização for concedida, deverá a mesma pagar a taxa mensal devida e expressa na Tabela de Taxas e Licenças deste Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto anexo fotocópia do Regulamento Municipal e da Tabela de Taxas.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o direito à ocupação de duas bancas à Firma Santifresco – Comércio de Bens Alimentares, Lda., com sede em Santiago da Guarda – Ansião, de harmonia com a informação da Fiscalização, acima transcrita. \_\_\_\_\_

### **Criação de Novos Postos de Cobrança dos Tarifários Municipais.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”As Juntas de Freguesia de Albergaria dos Doze, Santiago de Litém e Louriçal, solicitaram a esta Câmara, pelos ofícios 29/97, de 97/05/13, S/N, de 97/06/23, e 192/98, de 98/06/16, respectivamente, que fossem constituídos postos de cobrança nas suas sedes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Igual pretensão foi expressa pela Sra. Ana Paula Rolo da Silva Carreira, proprietária de estabelecimento comercial (mini-mercado) no lugar de Silveirinha Pequena, Freguesia de Carriço. \_\_\_\_\_

**Interessa considerar:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1º Aproveitará à eficiência da cobrança a constituição de novos postos próximos das populações. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2º As Juntas de Freguesia, como é sabido, prestam um conjunto de serviços às populações, e beneficiam de centralidade e da proximidade de outros serviços. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3º Outras Juntas de Freguesia são já posto de cobrança, designadamente, Abiúl, Meirinhas e Redinha. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4º A modalidade de cobrança nos postos é, do conjunto das disponíveis, das mais económicas (20\$00 por recibo cobrado), pelo que, quanto mais abrangente for a Rede de Postos menores serão os custos de Cobrança. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5º Os estabelecimentos comerciais são locais privilegiados de afluência de pessoas, tendo esta Câmara já celebrados contratos com 36 estabelecimentos, distribuídos por todo o Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 6º Silveirinha Pequena está a ser abastecida de água, pelo que interessará a constituição de postos de cobranças naquela área, onde, no momento, não existe nenhum. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Razões pelas quais propomos que a Câmara delibere a constituição de 4 novos postos de cobrança, a saber: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Junta de Freguesia de Santiago de Litém; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Junta de Freguesia do Louriçal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. Estabelecimento Comercial de Ana Paula Rolo da Silva Carreira, sito em Silveirinha Pequena, Carriço.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, constituir quatro novos postos de cobrança de tarifários municipais, de harmonia com a informação acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Contrato-Programa entre o Instituto  
da Água, a Direcção Regional do**

**Ambiente do Centro e a Câmara Municipal de Pombal.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, a minuta do Contrato-Programa em epígrafe, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ “CONTRATO – PROGRAMA \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos ... dias do mês de Agosto de 1998, de acordo com o Decreto-Lei nº 384/87, de 24 de Dezembro, entre o **Ministério do Ambiente**, representado pelo Presidente do Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente do Centro, representada pelo seu Director Regional, e a **Câmara Municipal de Pombal** representada pelo seu Presidente, é celebrado um contrato-programa de colaboração técnica e financeira, que se rege pelas cláusulas seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Cláusula 1ª** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Objecto do contrato \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Constituí objecto do presente contrato a concretização do processo de cooperação técnica e financeira entre as partes contratantes, para a realização de acções de investimento no âmbito substituição de um troço coberto da Ribeira Quente em Pombal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. A Câmara Municipal de Pombal será o dono da obra. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Cláusula 2ª** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Vigência do Contrato \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes contratantes, o período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 1999. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Cláusula 3ª** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Instrumentos financeiros \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Compete ao Ministério do Ambiente, através do Instituto da Água, adiante designado por INAG, prestar apoio financeiro até ao limite de 112.770 contos, incluindo IVA, a atribuir às obras referidas no nº. 1 da cláusula 1ª, de acordo com o Quadro I anexo, representando cerca de 60% do custo global estimado, que é de 187.950 contos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Durante o período de vigência deste contrato, desde que obtido o acordo do INAG, poderão ser alteradas as datas de início e conclusão das obras que constituem as componentes do investimento. Em qualquer caso, serão sempre

respeitados os limites correspondentes à comparticipação financeira do INAG.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. São da responsabilidade da Câmara Municipal de Pombal todas as despesas emergentes das expropriações necessárias à realização das obras que constam do nº 1 da cláusula 1ª.\_\_\_\_\_

**Cláusula 4ª**

\_\_\_\_\_Direitos e obrigações das partes contratantes\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No âmbito do presente contrato:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Compete ao Instituto da Água (INAG):\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Apresentar à aprovação superior a programação material e financeira do investimento envolvido;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Emitir parecer vinculativo sobre estudos e projectos de execução referentes às obras abrangidas pelo contrato - programa, com base na apreciação técnica efectuada pela DRA – Centro ou pelo INAG, quando for caso disso;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Homologar o processo de adjudicação das obras, devendo para o efeito, ter um representante nas comissões de abertura e análise das propostas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Verificar por parte do Estado, as condições de execução do projecto aprovado, prestar apoio técnico às obras e elaborar relatórios periódicos que descrevam a sua situação física e financeira;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Mediante a apresentação de documentos de despesa ou de autos de medição dos trabalhos executados nas obras em curso, previamente visados pelo coordenador do contrato - programa, o INAG liquidará à Câmara Municipal de Pombal, a percentagem estabelecida no nº 1 da cláusula anterior, até ao limite que for da sua responsabilidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Consideram-se igualmente válidos para efeitos de pagamento, os documentos de despesa e autos de medição correspondentes a trabalhos do mesmo contrato – programa já em curso antes da data da assinatura deste.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. No âmbito do presente contrato, compete à Câmara Municipal de Pombal na sua qualidade de dono da obra:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Promover a abertura de concursos para adjudicação das obras;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Exercer os poderes e assumir responsabilidades inerentes à sua qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão, dentro do prazo previsto, das acções e investimentos que integram os projectos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Submeter à DRA - Centro para análise e parecer, a programação material e financeira dos trabalhos, assim como de todas as suas alterações que serão,

posteriormente, submetidas à aprovação do INAG;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Fiscalizar a execução das obras directa ou conjuntamente com a Comissão de acompanhamento referida na cláusula 6ª deste Contrato-Programa;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Fazer mensalmente os autos de medição dos trabalhos executados e uma vez visados, proceder ao respectivo pagamento, contribuindo com a proporção que, nos termos do presente contrato, for da sua responsabilidade;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) Não proceder à adjudicação de novas obras e equipamentos, incluídas no âmbito do presente contrato, sem que antes seja formalizada a aprovação do INAG;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) Dar imediato conhecimento à DRA - Centro de situações técnicas ou financeiras, que afectem o normal desenvolvimento do contrato podendo comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos no plano de trabalhos aprovado;\_

\_\_\_\_\_h) Submeter obrigatoriamente, à DRA - Centro para análise e parecer todos os estudos, projectos e alterações, que submeterá à consideração do INAG;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_i) Proceder à recepção das obras;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_j) Assegurar a gestão do sistema de recursos hídricos, resultante das obras que são objecto deste contrato, bem como garantir uma adequada manutenção e exploração após a conclusão das obras;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_k) Submeter à DRA - Centro o pedido de Utilização do Domínio Hídrico respectivo, antes da conclusão da obra;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Compete à Direcção Regional do Ambiente do Centro (DRA - Centro):\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Apreciação e aprovação dos projectos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Acompanhamento da execução física e financeira da obra;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Participar nas Comissões de adjudicação das obras.\_\_\_\_\_

#### **Cláusula 5ª**

\_\_\_\_\_Comissão de Acompanhamento\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Comissão de Acompanhamento da execução deste contrato-programa será constituída por um representante das seguintes entidades:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Direcção Regional do Ambiente do Centro, em representação do Instituto da Água, que será o coordenador da Comissão de Acompanhamento e do contrato - programa;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Câmara Municipal de Pombal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Comissão de Coordenação da Região Centro;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e terá como funções, designadamente:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do contrato-programa, desde a fase do projecto até à conclusão das obras, assegurando a programação actualizada dos investimentos envolvidos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Fazer-se representar nas Comissões de abertura e análise das propostas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Acompanhar a execução das obras;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) Elaborar relatórios, de periodicidade semestral, sobre a execução do contrato-programa, tendo em especial atenção a análise da execução física e financeira. Dever-se-ão analisar os desvios em relação à programação inicial, suas causas e propor medidas a adoptar para a sua correcção.\_\_\_\_\_

#### **Cláusula 6ª**

\_\_\_\_\_ Dotação Orçamental\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A verba a dispendir pela Administração Central será inscrita no Orçamento do Instituto da Água que assegurará a participação financeira do Estado na execução do projecto de investimento, objecto do presente contrato.\_\_\_\_\_

#### **Cláusula 7ª**

\_\_\_\_\_ Custos Técnicos e Administrativos\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Para suportar parcialmente os custos inerentes às actividades do Instituto da Água e da DRA - Centro, relativamente ao apoio e orientação administrativa e técnica das obras previstas no contrato-programa, é cobrada uma taxa de 2% sobre a participação financeira do INAG, taxa essa que será repartida equitativamente entre o INAG e a DRA - Centro.\_\_\_\_\_

#### **Cláusula 8ª**

\_\_\_\_\_ Penalidades\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O incumprimento do disposto na alínea j) do nº. 2 da cláusula 4ª constituirá razão fundamentada para que, num prazo de 10 anos, contados a partir da data da assinatura do presente documento, o Instituto da Água não proceda a qualquer participação financeira, por seu intermédio ou por delegação de outras entidades, em investimentos da natureza dos considerados neste documento e que envolvam a Câmara Municipal de Pombal.\_\_\_\_\_

#### **Cláusula 9ª**

\_\_\_\_\_ Publicidade do Financiamento e Apoio Técnico\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. O dono da obra obriga-se a colocar, no local dos trabalhos, uma placa onde conste a inscrição de que a Autarquia é cofinanciada pelo Ministério do Ambiente através do Instituto da Água (INAG).\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Se for afixada, no local da obra, placa que informe das entidades intervenientes na construção, dela deverá constar também o INAG.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Cláusula 10ª** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Revisão do Contrato-Programa \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O presente contrato poderá ser revisto se ocorrerem alterações, anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinam os seus termos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Cláusula 11ª** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Resolução do Contrato-Programa \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato-programa poderá dar origem á sua resolução. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Constituirá razão suficiente para a resolução deste contrato o desrespeito da programação financeira anual constante do mesmo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Cláusula 12ª** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Omissões \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em tudo o que for omissa o presente contrato-programa, seguir-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 384/87, de 24 de Dezembro e demais legislação aplicável.”\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato-programa, acima transcrito e dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substituir para o assinar. \_\_\_\_\_

**Instauração de Processos de contra-ordenação.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, instaurar processos de contra-ordenação, aos seguintes indivíduos, por terem transgredido as disposições legais, abaixo mencionados: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_À Firma Figkart – Exploração de Kartódromos, Lda., com sede no lugar de Mendes, freguesia de Carnide, deste concelho, conforme participação da Fiscalização Municipal, de 17 de Agosto, corrente; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Jorge Paulo Carvalho Martins, residente no lugar de Paço, freguesia de Almagreira, deste concelho, conforme informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, de 19 de Agosto, corrente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Mais deliberou, por unanimidade, nomear para instrutor dos processos respectivos a 3ª Oficial, Graça Maria Cunha Lucas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta altura ausentou-se da sala de reuniões o Senhor Presidente da Câmara, tendo assumido a Presidência a Senhora Vereadora, Dra. Maria Ofélia Moleiro.

### **Concurso Público para Realização de Circuitos Especiais de Transporte Escolar.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Deu esta Comissão cumprimento aos artigos 65º a 67º do Decreto-Lei nº 55/95, de 29 de Março, havendo, para tal, procedido à análise das propostas trazidas ao concurso supra mencionado, elaborado o respectivo relatório e promovido audiência prévia dos concorrentes.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A audiência prévia foi escrita (nossos ofícios nºs. 10.287 a 10.292, de 98/07/29), sendo que, no prazo de legal, nenhum dos concorrentes se pronunciou. Razão pela qual se faz agora presente à Câmara Municipal o Relatório final de apreciação, aí se propondo:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Adjudicação da Zona A ao Instituto D. João V, Lda., pelo valor de 26.775.000\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Adjudicação da Zona B ao Colégio João de Barros, Lda., pelo valor de 17.500.000\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não adjudicação da Zona C, com fundamento nas alíneas a) e e) do nº 1 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº55/95.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em conformidade com o Artigo 72º do citado diploma legal colocam-se, também, à aprovação da digmª. Câmara Municipal as respectivas minutas de contrato devendo, este órgão executivo, entendendo-o, delegar poderes no Senhor Presidente para outorga dos mesmos.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a Zona A ao Instituto D. João V, Lda., pelo preço de 26.775.000\$00, valor da sua proposta e adjudicar a Zona

B ao Colégio João de Barros, Ld<sup>a</sup>., pelo preço de 17.500.000\$00, valor da sua proposta, de harmonia com a informação acima transcrita. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mais deliberou, por unanimidade, aprovar as minutas dos contratos respeitantes aos Circuitos Especiais de Transporte Escolar para o ano lectivo 1998/1999.

\_\_\_\_\_ Nesta altura regressou à sala de reuniões o Senhor Presidente da Câmara que reassumiu a Presidência. \_\_\_\_\_

### **Outros assuntos não incluídos na Ordem do Dia.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 19º. do Código do Procedimento Administrativo, apreciar e submeter a votação os seguintes assuntos: \_\_\_\_\_

### **Aquisição do Celeiro do Marquês.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Proponho quer me sejam conferidos os poderes necessários para negociar a compra do Celeiro do Marquês à EPAC, pela quantia de 27.500.000\$00, para que finalmente se possa encerrar esta questão, que se prolonga há mais de uma década.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente. \_\_\_\_\_

### **Informação Prévia.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um requerimento de Margarida Rosa Fernandes Fontes Miragaia, residente nesta Cidade, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Barrigueira, freguesia de Santiago de Litém, deste Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Poderá considerar-se viável a construção de uma moradia unifamiliar, em que o projecto a apresentar deverá cumprir com os parâmetros do artigo 40.7 do PDM e demais legislação em vigor. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Eventuais infraestruturas públicas deverão ficar por conta do requerente.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Pedido de certidão sobre a  
viabilidade de localização de um  
estabelecimento industrial.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um requerimento da Firma Icomatro – Madeiras do Centro, Lda., com sede no lote 1-A do Parque Industrial Manuel da Mota, em Pombal, em que requer emissão de parecer favorável sobre a localização de uma indústria de Comércio por grosso de madeiras em bruto e produtos derivados, a localizar no lote 1-A, do referido Parque Industrial. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Poderá certificar-se para efeitos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei 109/91, de 15 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 282/93 de 17 de Agosto e artigo 4º, nºs. 6,7 e 8 do Decreto-Regulamentar nº 25/93, de 17 de Agosto, que a localização do estabelecimento industrial, requerido pela Firma Icomatro – Madeiras do Centro, Lda., que se dedica à importação, comercialização e transformação de madeiras, tem parecer favorável desta Câmara Municipal de Pombal, com o seguinte condicionalismo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A área de impermeabilização (área global afecta a implantação das edificações, dos arruamentos, dos estacionamento e das demais áreas pavimentadas) não deverá ser superior a 60% da área total do lote (c.f. nº 5 do artigo 22º do PDM).” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à localização pretendida, de harmonia com a informação acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Pedido de certidão sobre a viabilidade de localização de um estabelecimento industrial.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um requerimento da Firma Preposa – Préfabricados de Pombal, S.A, com sede no lote 17 do Parque Industrial Manuel da Mota, em Pombal, em que requer emissão de parecer favorável sobre a localização de uma industria de fabrico de produtos de betão para a construção, a localizar no lote 17, do referido Parque Industrial.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Poderá certificar-se para efeitos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei 109/91, de 15 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 282/93 de 17 de Agosto e artigo 4º, nºs. 6,7 e 8 do Decreto-Regulamentar nº 25/93, de 17 de Agosto, que a localização do estabelecimento industrial, requerido pela Firma Preposa – Préfabricados de Pombal, S.A, que se dedica ao fabrico de produtos de betão para a construção, tem parecer favorável desta Câmara Municipal de Pombal, com o seguinte condicionalismo:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A área de impermeabilização (área global afecta a implantação das edificações, dos arruamentos, dos estacionamento e das demais áreas pavimentadas) não deverá ser superior a 60% da área total do lote (c.f. nº 5 do artigo 22º do PDM).”\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à localização pretendida, de harmonia com a informação acima transcrita.\_\_\_\_\_

**Intervenção do Público.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sendo esta a última reunião ordinária da Câmara no mês de Agosto e encontrando-se vários pessoas na sala, o Senhor Presidente perguntou se algum dos presentes pretendia intervir.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida interveio o Senhor Manuel Conceição Gonçalves, em representação de alguns habitantes do lugar da Quinta da Casinha - Pombal, solicitando o alargamento e a asfaltagem da Rua daquele lugar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse também ter conhecimento de que em todas as freguesias deste Concelho se encontram as estradas e os caminhos em boas condições, pelo que atendendo a esta Rua ser praticamente dentro da Cidade, deverá a mesma ser beneficiada.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Senhor Presidente informou que a freguesia de Pombal é uma das maiores e mais dispersa do Concelho e que aquela Rua é uma das prioridades desta Câmara, pois o atraso no arranjo da referida Rua deve-se ao facto de só agora ter sido levada a efeito a obra de “Execução de um furo horizontal sob a EN 1 – Esgotos da Quinta da Casinha” com a perspectiva dos esgotos daquela Rua serem ligados àquele colector. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse também que vai haver uma visita à freguesia de Pombal no próximo dia 17 de Setembro, convidando o munícipe a acompanhá-los. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida o Senhor Carlos Madaleno, residente nesta Cidade, solicitou esclarecimentos acerca de duas cartas que dirigiu em 29 de Junho e 15 de Julho, últimos, ao Senhor Presidente da Câmara, em que na primeira relatava o que tinha acontecido com a sua viatura quando circulava na EN 237, devido a um buraco no asfalto, no lugar de Matas – Louriçal, e a outra referente às falhas de água na zona da Avenida Heróis do Ultramar, às quais não obteve qualquer resposta. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Senhor Presidente informou que a carta de 29 de Junho foi despachada ao Gabinete Jurídico e Contencioso, tendo o seu responsável informado que aquela estrada não era da competência da Câmara e que a carta não carecia de resposta, em virtude de não haver qualquer solicitação mas apenas um esclarecimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quanto à de 15 de Julho foi despachada para a Divisão respectiva, tendo o Chefe da mesma informado que o problema se encontra ultrapassado e que a resposta lhe iria ser dada por escrito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Finalmente interveio o Senhor Manuel Gonçalves Mendes, em representação de seus familiares, residente no lugar de Travasso - Pombal, solicitando esclarecimentos acerca do Cemitério do lugar de Travasso, pois, segundo ele, a construção naquele local não foi a mais indicada, pois haviam outros locais mais apropriados onde não prejudicava terrenos e habitações. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida o Senhor Presidente disse que o Cemitério se encontra construído de harmonia com a vontade da maioria dos habitantes daquele lugar e que a sua construção naquele local em nada prejudica os habitantes do Travasso. \_\_\_\_\_

### **Aprovação por minuta.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta por minuta, para efeitos imediatos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião eram dezoito horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_ redigi, subscrevo e vai ser assinada. \_\_\_\_\_